

FREDERICO JORGE GOUVEIA DE MELO
Auditor do Tribunal de Contas de Pernambuco.
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife - UFPE
Especialista em Direito Constitucional, Administrativo, Contabilidade e
Controladoria Governamental Mestre em Gestão Pública
Professor universitário em disciplinas de direito público e da Escola de
Contas Públicas Professor Barreto Guimarães
Ministra Cursos nas áreas de controle da administração e das finanças
públicas, responsabilidade fiscal e direito público

Admissão de Pessoal no Serviço Público

Editora Fórum

2006

35.08
M528a



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528a

Melo, Frederico Jorge Gouveia de

Admissão de pessoal no serviço público: procedimentos, restrições e controles. / Frederico Jorge Gouveia de Melo. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

176 p.

ISBN: 85-89148-93-9 :

1. Concurso público, Brasil. 2. Concurso público, jurisprudência, Brasil. 3. Administração pública, Brasil. 4. Servidor público, Brasil. 5. Servidor público, admissão. 6. Tribunal de Contas, competência, Brasil. 7. Controle externo, Brasil. I. Título.

CDU: 35.082.1

CDD: 341.33312

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MELO, Frederico Jorge Gouveia de. Admissão de pessoal no serviço público: procedimentos, restrições e controles. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 176 p. ISBN: 85-89148-93-9.

35.08
M528a



Sumário

Prefácio	
José Augusto Delgado	15
Apresentação	21
Introdução	23
<i>Capítulo 1</i>	
A Administração Pública e sua Organização Funcional	29
1.1 Visão histórica	29
1.1.1 Estado patrimonialista	29
1.1.2 Reforma burocrática	30
1.1.3 Reforma gerencial	33
1.1.4 Reformado aparelho do Estado brasileiro	36
1.2 Atual organização funcional da Administração Pública brasileira	42
1.2.1 Agentes públicos	42
1.2.1.1 Agentes políticos	43
1.2.1.2 Particulares em colaboração com o Poder Público	44
1.2.1.3 Servidores públicos	46
1.2.2 Cargos, empregos e funções	46
1.2.2.1 Cargo público	47
1.2.2.1.1 Classificação dos cargos	48
1.2.2.2 Emprego público	50
1.2.2.3 Função pública	51
1.3 Admissão de pessoal no serviço público	52
1.3.1 Concurso público	53
1.3.1.1 Princípios aplicáveis ao concurso público	57
1.3.1.2 Realização do concurso público	61
1.3.2 Contratação temporária por excepcional interesse público	65
1.3.2.1 Hipóteses e prazo das contratações	69
1.4 Terceirização e parcerias como alternativas a exigência constitucional do concurso público	72
1.4.1 Terceirização no serviço público	74
1.4.1.1 Cooperativas de trabalho	77
1.4.2 Parcerias com o Terceiro Setor	81
<i>Capítulo 2</i>	
Responsabilidade na Gestão Fiscal	85
2.1 Origens e influências da Lei de Responsabilidade Fiscal	85
2.2 Aspectos gerais	89
2.3 Principais normas	92

35.08
M528a



2.3.1 Planejamento	92
2.3.1.1 Lei de Diretrizes Orçamentárias	94
2.3.1.1.1 Anexo de metas fiscais	95
2.3.2 Execução orçamentária e cumprimento de metas	96
2.3.2.1 Programação financeira mensal	96
2.3.2.2 Metas bimestrais de arrecadação e limitação de despesa	96
2.3.3 Regras para as despesas públicas	96
2.3.4 Parâmetro dos limites de despesas e dívidas	99
2.3.5 Transparência na gestão fiscal	100
2.4 Limitação das despesas com pessoal	101
2.4.1 Despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal	104
2.4.2 Terceirização de mão-de-obra	105
2.4.3 Apuração do comprometimento das receitas com despesas de pessoal	107
2.4.4 Limites estabelecidos	108
2.4.4.1 Repartição dos limites	110
2.4.5 Limite prudencial	116
2.4.6 Enquadramento das despesas aos limites estabelecidos	117
2.4.7. Nulidade dos atos que aumentarem despesas com pessoal	121

Capítulo 3

Controle da Legalidade dos Atos de Admissão de Pessoal pelo Tribunal de Contas	129
3.1 Controle dos atos da Administração	129
3.1.1 Controle externo: breve histórico	130
3.1.2 Estrutura do controle externo no Brasil	133
3.1.3 Competências constitucionais do Tribunal de Contas	134
3.1.4 Controle da gestão fiscal	136
3.2 Análise das admissões de pessoal para fins de registro	137
3.2.1 Pontos de verificação obrigatória pelos Tribunais de Contas	140
3.2.2 Escopo da análise das admissões à luz: da LRF	144
3.3 Reflexos das novas regras fiscais no processo de admissão de pessoal	148
3.3.1 Inovações no âmbito da Administração Pública	148
3.3.2 Ampliação do controle do Tribunal de Contas sobre os atos de admissão	150
3.4 Alguns pontos para reflexão	152
Conclusões	159
Bibliografia	167
Índice Remissivo	173

35.08
M528a

